



RAUL FALEIRO
Relações Públicas

Português(mente) falando Direito!

Uma e outra vez, vão os governantes deste país fazendo tábua rasa das próprias leis que fazem aprovar na Assembleia da Republica. Essa

casa, que deveria ser o maior edifício da liberdade e da democracia vê-se agora relegada para uma posição bem menos prestigianete, a de ter que assistir impotente ao desenrolar da história política em Portugal.

Sem sombra de dúvida, não podemos acusar os nossos governantes e até diversos grupos parlamentares de falta de produtividade, esse tão famigerado problema que é por si só, pelo menos aos olhos de quem nos governa, a maior, se não mesmo a única razão para que Portugal se encontre na situação de crise económica que todos vivemos. Mês após mês observamos o continuar daquilo a que um político já chamou de “desova legislativa”. Não será portanto por falta de leis que vivemos a actual crise.

Por isso, à semelhança de muitos outros Portugueses, tenho-me questionado em diversas ocasiões quanto às verdadeiras razões da actual crise.

Será que este alegado caos tem origem na falta de cumprimentos da legislação em vigor? Não seria bem mais proveitoso, que em vez de produzirem um sem número de leis, regulamentos e afins, se dedicassem a tentar fazer cumprir as/os que já existem? Não será que o cerne do problema está na obrigação de cumprir as leis e não na crescente preocupação em criar outras para substituir as actuais que apenas não funcionam por falta de cumprimento? E será que perante os Portugueses e as Forças Armadas passou incólume uma atitude divisionária por parte do último garante da democracia, quando veio a terreiro desvalorizar aquilo que apelida de “mau estar nalguns sectores da Forças Armadas”? Porque será que agora, infelizmente, todos podemos constatar a insolvência da Caixa Geral de Aposentações, e quando

há cerca de vinte anos um destacado elemento da estrutura da Caixa Geral de Aposentações evidenciou sinais de “mau estar”, identificando problemas e até fazendo recomendações no sentido da resolução dos mesmos, dele ninguém fez caso? Será só coincidência ou não estarão também a ser repetidamente relegados para segundo plano os comentários, propostas e soluções apontadas precisamente pela Associação de Praças da Armada? Será que a tutela ao insistir em negar a história de terceiros se está a obrigar a si própria a repetir os mesmos erros e então daqui por vinte ou menos anos nos investirá como comissão liquidatária das Forças Armadas Portuguesas, ditando o consequente encerramento das mesmas? À semelhança das orientações económicas da Comunidade Económica Europeia, porque não segue também o governo as mais recentes recomendações da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa no que toca aos direitos dos militares, fazendo com que as Associações Socio-Profissionais de Militares sejam integradas de pleno direito nos grupos de trabalho, comissões consultivas e demais estruturas onde estas tem cabimento legislativo? Constituirão estes exemplos e outros mais, o legado dos sucessivos governos para as futuras gerações? Será necessário desempenhar a função de maneira diferente?

As respostas que encontrei não me deixam dúvidas, mas não as posso re- levar, por que teria de as escrever em bom Português.

Os sinais de “mau estar” em sociedade aparecem quando os seus líderes primam pela ausência de capacidade de resposta e soluções imediatas para os problemas existentes, e/ou na generalidade por se terem como poderes únicos e absolutos onde não há lugar a opiniões/soluções que não sejam as suas. Qual suporte errado, quem de direito, assim deixa cair por terra ou não segura, a bandeira que o vento insiste em desfraldar. ✘

VIVEMOS EM DEMOCRACIA MAS NÃO SE CUMPRE A LEI.



GERALDO LOURENÇO

Da justiça possível ao incompreensível

Já pertence um pouco à história... Após 25 anos de luta pela reposição plena das “honras manchadas”, os Praças da Armada, assim como outras classes dos outros ramos, que tomaram parte activa na transição da ditadura para a democracia iniciada em 25 de Abril de 1974. E por esse “crime” foram saneados politicamente após o 25 de Novembro de 1975. Obtiveram com essa luta a lei 43/99 de 11 Junho.

Que árdua tem sido a conquista desse direito reparativo:

Na prática efectiva a lei não foi fácil de promover, havendo a necessidade permanente de forte dinamização e empenho de Homens com profunda formação democrática, consciência humanista e sentido de dignidade vertical, ainda de muita resistência, porque o processo está para durar.

A antiga “Comissão de Apreciação” concluiu cerca de 350 processos até ao ano de 2004. Antes de terminar o seu mandato, deixaram ainda prontos a assinar pelos Senhores Ministros da Defesa e das Finanças, para posterior publicação em D.R., 12 processos de militares dos 3 ramos das F.A., o último desses 12 processos a ficar concluído respeita a um Praça da Armada e tem data de envio para assinatura, das entidades referidas, 4 de Fevereiro de

2005... Foram necessários 25 anos de luta pela lei da dignidade e da “justiça possível”, aprovada na A.R. em 22 de Abril de 1999. O D/L 197, que regulamentou a lei, só foi publicado em D.R. a 26 de Agosto de 2000.

Nos fins de Abril de 2001, foram publicados em D.R. as primeiras reconstituições de carreiras.

No início do atentado político contra os “Militares de Abril” até à presente data passaram cerca de 31 anos... De 4 de Fevereiro de 2005 até à data presente passaram 16 meses sem que fossem assinados os 12 processos apesar dos apelos por escrito e verbais dos 12 interessados, mas também de outros democratas e instituições.

Os Senhores Ministros, da Defesa e das Finanças, deixam entender pelas suas práticas que a “justiça possível” para os “Militares de Abril” pode esperar, deixando cair no esquecimento, que mais cedo ou mais tarde, a morte, lei inexorável da natureza, vai batendo à porta de todos nós, fazendo a justiça pecar por demora e/ou extemporaneidade. Como é possível que em nome do Estado Português, um Estado de Pleno Direito Democrático, estes senhores assumam uma postura que tem tanto de incompreensível, como de desumano e degradante! ✘